

ACTA N.º 1

Aos vinte dias do mês de Outubro de dois mil e treze, pelas dezoito horas e trinta minutos, na localidade de Lousã e no edifício sede da Freguesia da Lousã, onde eu António Manuel Antunes Marçal, primeiro cidadão da lista mais votada e como tal Presidente de Junta de Freguesia, me encontrava, realizou-se logo após o acto de instalação, a primeira reunião de funcionamento da Assembleia da União de Freguesias da Lousã e Vilarinho, conforme comando da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e n.º 74/2013 de 12 de Setembro, e com a seguinte ordem de trabalhos, conforme o edital de divulgação da instalação do órgão:

1. Eleição dos vogais da Junta, mediante proposta do Presidente da Junta, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º da referida lei;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Freguesia, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º da referida lei;
3. Deliberação sobre a localização da sede da nova autarquia, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 11-A/2003 de 28 de Janeiro.

O Presidente indicou João António Martins dos Santos, membro desta assembleia, para redigir a presente acta.

A sessão começou por deliberar, dado não existir regimento, se as eleições supra citadas deveriam ser uninominais ou através de listas, tendo vencido a 2ª hipótese com 13 votos a favor. Assim sendo, o Presidente da Junta (cidadão melhor posicionado na lista vencedora das eleições para a assembleia de freguesia), propôs à assembleia, nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a seguinte lista:

Maria Helena Gomes Correia

Aurélio da Costa Duarte Gonçalves

Augusto Manuel Fernandes Simões

Carlos Jorge Bernardo Antunes

A lista submetida a votação obteve o seguinte resultado:

Votos a favor – 13.

Ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 8º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e n.º 74/2013 de 12 de Setembro, o Presidente da Junta deu conhecimento à Assembleia do recebimento de uma carta de renúncia ao mandato para o qual tinha sido eleita, **Margarida Fontes Correia**, residente na [REDACTED]

pelo Partido Socialista.

Seguidamente, foram chamados os eleitos das respectivas listas para substituir os vogais e o Presidente da Junta de Freguesia, procedendo-se depois à verificação da sua legitimidade e identidade.

São eles os seguintes:

Tiago António Catela Henriques, residente na [REDACTED]

António de Fátima Lima Gonçalves, residente na [REDACTED]

Fernanda da Piedade Rodrigues Almeida, residente na [REDACTED]

Mário da Piedade Rodrigues Fontes, residente [REDACTED]

Filipe da Costa Amado, residente na [REDACTED]

com o [REDACTED]

Passou-se de seguida ao ponto 2 da ordem de trabalhos, tendo sido apresentada pelo Presidente da Junta, a seguinte lista:

Presidente: **Carlos Manuel de Jesus Santos**

1º Secretário: **João António Martins dos Santos**

2º Secretário: **Ana Filipa Rodrigues Seco**

Realizada a votação por escrutínio secreto, apuraram-se os seguintes resultados:

A favor: 13 votos.

De seguida, o Presidente da Junta de Freguesia deu a palavra ao novo Presidente da Assembleia de Freguesia.

O Presidente da Mesa começou por informar os membros da Assembleia que esta irá reunir extraordinariamente, a pedido do Presidente da Junta, no próximo dia 25 de Outubro, pelas 21 horas, neste mesmo local com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Discussão e aprovação do regimento segundo proposta a elaborar pela Mesa;
2. Discussão e aprovação do Orçamento da União de Freguesias, conforme proposta da Junta.

De seguida e nos termos da ordem de trabalhos que constava do ofício de convocatória para a instalação da Assembleia e da sua primeira reunião, e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º

da Lei n.º 11-A/2003 de 28 de Janeiro, a Assembleia passou a deliberar sobre a localização da sede, nos termos da proposta feita pelo Presidente da Junta, e que a seguir se transcreve:

«A União de Freguesias da Lousã e Vilarinho é uma nova autarquia local criada pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro, resultante da agregação dos territórios das referidas freguesias da Lousã e de Vilarinho, sendo pessoa colectiva de direito público com n.º 510 837 620, com o CAE 84113, e com o código estatístico 06 07 08. A freguesia criada por agregação integra, nos termos do artigo 6.º da citada Lei o património mobiliário e imobiliário, os activos e passivos, legais e contabilísticos, e assume todos os direitos e deveres, bem como as responsabilidades legais, judiciais e contratuais das freguesias da Lousã e de Vilarinho.

De forma a acelerar todo o processo de instalação dos novos órgãos para não prejudicar os cidadãos, e a fim de a comunicar urgentemente à Direção-Geral da Autarquias Locais, propõe-se que a Assembleia delibere que a sede da nova Autarquia seja no Largo Alexandre Herculano, nº 20, 3200-220 Lousã. Mais se esclarece que na falta de deliberação a localização das sedes é a constante da coluna E do Anexo I da citada lei.»

Colocada à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

De seguida o Presidente da Mesa proferiu uma pequena alocução aos presentes.

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual vai ser lavrada acta que depois de lida em voz alta e aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, vai ser assinada por quem a redigiu e por todos os presentes.

João Antonio Patos do Sald

João Manuel de Melo Pereira

Ana Filipa Rodrigues

Luís Fernando Almeida

Maria Helena Gomes Cordeiro

Carlos Jorge Bernardino

ATA Nº 2

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas, no Edifício Sede da Freguesia de Lousã e Vilarinho, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação do regimento.
- 2 – Aprovação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e mapa de pessoal único para o ano de 2013 sob proposta do executivo.
- 3 – Aprovação da Tabela de Taxas e Licenças a cobrar pela autarquia, sob proposta do executivo.

Foi aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia, que cumprimentou os presentes. Feita a chamada, verificou-se estarem presentes todos os membros da Assembleia de Freguesia, bem como os membros do executivo.

No ponto um da Ordem de Trabalhos, o elemento da bancada do PSD Hélder Lourenço, após pedir a palavra, sugeriu que se modificasse o ponto um, do artigo dezoito da proposta do regimento, alterando «por meio de carta» por «através de correio eletrónico». Propôs igualmente que o Regimento fosse redigido usando o novo acordo ortográfico.

Tomando a palavra, o Presidente da Junta, António Marçal, esclareceu que de acordo com a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação do ponto um, artigo décimo primeiro, o Regimento da freguesia não pode fugir à norma imperativa da lei, pelo que não se pode acrescentar «através de correio eletrónico» ao documento. Não obstante, e apesar do Regimento não poder ser alterado neste ponto, António Marçal propôs que as convocatórias fossem oficiosamente enviadas por correio eletrónico. Os membros da Assembleia de Freguesia de Lousã e Vilarinho concordaram.

Aurélio Gonçalves, tesoureiro do Executivo, inquiriu se o horário de abertura de sessão constante no artigo vigésimo segundo, número um é para manter ou se pode ser alterado para as vinte e uma horas. Decidiu-se que o horário de abertura não será rígido, podendo ser alterado consoante as necessidades prementes dos membros. Não obstante, alterar-se-á o regimento no artigo e ponto referido, passando a ler-se «As sessões iniciar-se-ão às vinte e uma horas...». Não havendo mais intervenções, foi posta a votação a proposta de Regimento, tendo sido aprovada por unanimidade.

No ponto dois da Ordem de Trabalhos, o presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra a António Marçal, para que fossem explanadas as linhas orientadoras conducentes à elaboração do Orçamento. Tomando a palavra, o presidente da Junta explicou que das duas opções que lhe assistiam, ou seja, manter os dois orçamentos das Juntas agregadas ou uni-los em apenas um, preferiu pela segunda hipótese, não só



porque facilita a gestão até ao final do corrente ano, mas igualmente porque um pouco por todo o país, os eleitos para as uniões de freguesias estão a optar por esta via. Ainda no uso da palavra, António Marçal pediu desculpa pelo envio da proposta de Orçamento em folha de Excel, justificando esta a ação pelo facto da FRESOFT, empresa responsável pelo *software* Pocal, apenas fazer a atualização do mesmo no dia trinta do corrente mês.

Carlos Soares, membro da bancada do PSD, no uso da palavra, afirmou que não podia avaliar corretamente a proposta de Orçamento, dado que não recebeu os Orçamentos antigos para comparar. António Marçal, após autorização do Presidente da Mesa, informou que os orçamentos antigos são de consulta pública, podendo ser acedidos e consultados na página web das Juntas agregadas. Não obstante a forma como o presente Orçamento foi elaborado, António Marçal lembrou que de acordo com o Estatuto da Oposição, os membros do PSD serão chamados a colaborar no próximo Orçamento, aproveitando para agradecer antecipadamente a sua prestimosa colaboração.

Não havendo mais intervenções, foi posta a votação a proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e mapa de pessoal único para o ano de 2013, tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções.

Entrando no ponto três da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Junta pediu desculpa pelo atraso no envio das tabelas de taxas e licenças e do regulamento do cemitério, referindo que existiram um conjunto de alterações legislativas que obrigaram à revisão dos documentos elaborados. Informou igualmente que os valores constantes na Tabela de Taxas e Licenças já se encontravam em uso numa das freguesias. No que concerne ao Regulamento do Cemitério, este não só se apoia na íntegra no antigo regulamento da Junta de Freguesia de Vilarinho, como também até 31 de dezembro do corrente ano, o espaço será reservado para uso dos moradores da extinta freguesia. -----

Neste ponto, o membro da bancada do PSD, Hélder Lourenço, interroga o Executivo sobre o período exato em que os documentos submetidos a aprovação estarão em vigor. O presidente da Junta, António Marçal, após autorização do Presidente da Mesa, esclareceu que todos os documentos aprovados nesta reunião estarão em vigor até 31 de Dezembro de 2013.

Não havendo mais intervenções, foi posto a votação a proposta de Tabela de Taxas e Licenças a cobrar pela autarquia, tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções.

O Presidente da Mesa, Carlos Santos, propôs que a próxima reunião ordinária se realizasse a 20 de dezembro de 2013, lembrando aos membros do Executivo a necessidade de enviar os documentos com as propostas com alguma antecedência para que estes fossem devidamente analisados. António Marçal, usando a palavra, afirmou que darão cumprimento ao Estatuto da Oposição até ao final da primeira semana de dezembro, ressalvando, no entanto, que poderão existir atrasos derivados da aprovação dos Orçamentos de Estado e da Assembleia Municipal da Lousã e da discussão da nova

lei das Finanças Locais. Os membros da Assembleia de Freguesia concordaram com a data proposta.

Carlos Santos, Presidente da Mesa, interrogou o Executivo no sentido de clarificar a nova denominação da Junta de Freguesia. Tomando da palavra, António Marçal explicou que a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), através da Circular 1866, de 23-10/2013, informou que «A designação oficial da freguesia é a constante da Coluna D do Anexo I da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro», pelo que a nova designação é Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho. Mais informou que de acordo com a mesma circular, «a alteração da denominação das freguesias é da competência da Assembleia da República, pelo que não é possível aos respetivos órgãos a sua alteração».

Usando a palavra, após autorização do Presidente da Mesa, Hélder Lourenço, membro da bancada do PSD, pede que sejam apresentados a todos os membros da Assembleia de Freguesia os funcionários e instalações da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho.

António Marçal, presidente da Junta, concordou com o pedido, pedindo apenas algum tempo para finalizar a instalação dos novos Órgãos.

O Presidente da Assembleia propôs a atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a Ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocado à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

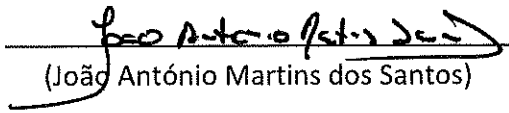
E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a assembleia às vinte e duas horas. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa



(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário



(João António Martins dos Santos)

A Segunda Secretária



(Ana Filipa Rodrigues Sêco)

ATA N.º 3

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, pelas quinze horas e trinta minutos, no Edifício Sede da Freguesia de Lousã e Vilarinho, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.

2 – Discussão e votação das Opções do Plano, da proposta de Orçamento e Mapa de Pessoal dos serviços da freguesia para o ano económico de 2014, sob proposta do executivo.

3 – Discussão e votação do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestações de Serviços pela Junta de Freguesia para o ano de 2014, sob proposta do executivo.

4 – Verificação da conformidade dos requisitos para o exercício de funções a tempo inteiro.

5 – Autorização de revalidação de conta negócio cujo valor se fixa em 10.000,00€ (dez mil euros).

Foi aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia, Carlos Santos, que cumprimentou os presentes. Feita a chamada, verificou-se a ausência não justificada de Elisa Estanislau (PSD).

Não se registando a presença de Público, o Presidente da Assembleia passou de imediato ao período antes da Ordem de Trabalhos, submetendo à votação a Ata número dois de dois mil e treze, tendo sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente pediu a palavra:

Da bancada do PSD, Carlos Soares.

Carlos Soares pediu informações sobre a situação da nova escola, sobre as novas instalações de Saúde e sobre a estrada D. Manuel I, nomeadamente a nível da intervenção de passeios e iluminação.

António Marçal, presidente da freguesia de Lousã e Vilarinho, usando a palavra, começou por saudar os presentes, desejando boas festas. Em resposta a Carlos Soares, informou que as obras da nova escola se encontram a decorrer a bom ritmo e que a entrada em funcionamento da mesma será feita em consonância com o novo projeto educativo concelhio. Relativamente às novas instalações de Saúde, a abertura dependerá da ARS Centro/Governo, dado que da parte da Câmara Municipal todos os compromissos assumidos já se encontram concluídos. A terminar, informou que as

intervenções na rua D. Manuel I se encontram a ser efetuadas de forma gradual e de acordo com o plano definido para aquela área.

Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira. Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, ninguém pediu a palavra.

António Marçal começa por referir os graves problemas em termos administrativos decorrentes da agregação de freguesias, nomeadamente a gestão dos sistemas informáticos. Destacou igualmente as diversas limpezas efetuadas na freguesia, nomeadamente os cuidados redobrados com atuações preventivas devido às últimas intempéries. O presidente da Junta referiu ainda as diversas reuniões tidas com o Presidente da Câmara e restantes Presidentes de Junta para a definição das novas competências no âmbito da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, discussão e votação das Opções do Plano, da proposta de Orçamento e Mapa de Pessoal dos serviços da freguesia para o ano económico de 2014, sob proposta do Executivo.

António Marçal efetuou uma breve explicação dos documentos, explanando as dificuldades na elaboração dos mesmos, particularmente devido à nova lei e inúmeras indefinições que dela decorrem.

Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, inscreveram-se:
Da bancada do PS, Mário Fontes e Ana Sêco.

Mário Fontes questionou o Executivo sobre possíveis intervenções no lugar de Vale de Maceira.

António Marçal informou que no documento não estão inumeradas todas as obras e necessidades de cada lugar, contudo o Executivo conhece a realidade e está atento às necessidades das populações. Relativamente à questão específica de Vale de Maceira, informou que se encontra em curso uma obra estruturante – Instalação de Saneamento – que levará a uma melhoria significativa da qualidade de vida dos residentes neste lugar. Referiu ainda que esta intervenção contempla a melhoria das vias de acesso aos diversos lugares onde a obra decorre.

Ana Sêco, usando da palavra, inquiriu sobre o papel do Executivo na obra referente à aplicação de tubagem para escoamento de águas pluviais no parque de estacionamento da igreja paroquial, dado que ela foi aprovada pelo Executivo da Junta de Freguesia de Vilarinho e seria realizada pelos serviços da Câmara Municipal da Lousã. Relativamente ao Orçamento da Despesa, pediu esclarecimentos sobre os valores atribuídos aos códigos 02 02 01 (eletricidade) e 02 02 09 (comunicações), com o montante de cinco mil euros cada, e o código 02 02 04 (locação de edifícios), com o valor de sete mil euros.

António Marçal, em resposta, referiu que as obras serão efetuadas de acordo com os contratos assinados com a Câmara Municipal. No que concerne aos custos com as

comunicações e eletricidade, o presidente informou que o valor atribuído a cada uma das rubricas está em consonância com as despesas previstas, dado que todas as equipas têm acesso a comunicações móveis. Mencionou ainda a necessidade de intervenções em diversos edifícios, nomeadamente no edifício sede de Freguesia.

Colocada a proposta à votação, a mesma foi aprovada por maioria, com duas abstenções.

Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, discussão e votação do Regulamento e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestações de Serviços pela Junta de Freguesia para o ano de 2014, sob proposta do Executivo.

O presidente da Junta, **António Marçal**, salientou que a principal alteração à tabela de taxas se prende com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que fez com que as responsabilidades das juntas fossem maiores, nomeadamente com a passagem da emissão da licença especial de ruído para estas entidades.

Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, inscreveram-se:

Da bancada do PSD, Hélder Lourenço.

Da bancada do PS, João Santos.

Hélder Lourenço referiu que, na sua opinião, esta licença deveria ser da responsabilidade da Câmara Municipal, uma vez que possui técnicos credenciados para o efeito.

João Santos referiu que a licença especial de ruído é das licenças mais ingratas de se emitir, dado que terão que ser sempre analisadas duas variáveis: em primeiro, a festividade e a tradição da mesma e, em segundo, o direito ao descanso dos residentes nas zonas em festa.

Colocada a proposta à votação, a mesma foi aprovada por maioria, com três abstenções (uma do PS e duas do PSD).

Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos, verificação da conformidade dos requisitos para o exercício de funções a tempo inteiro. A Assembleia verificou a conformidade dos requisitos.

Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos, autorização de revalidação de conta negócio cujo valor se fixa em 10.000,00€ (dez mil euros).

António Marçal explicou que se trata de uma “conta negócio” que tem como objetivo fazer face aos atrasos das transferências das receitas da Junta de Freguesia.

Colocada a proposta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

Por proposta do Presidente da Assembleia, foi dado um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar, com a redação que entender como mais conveniente, a Ata em minuta. Colocado à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature that appears to be 'P. L.' and another signature below it.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa




(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário



(João António Martins dos Santos)

A Segunda Secretária



(Ana Filipa Rodrigues Sêco)

ATA N.º 4

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, no Edifício da Delegação da Freguesia de Lousã e Vilarinho, em Vilarinho, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.
- 2 – Renúncia ao mandado de membro da Assembleia e verificação e posse de novo elemento.
- 3 – Eleição de vogal para o executivo da Junta sob proposta do Presidente da Junta.
- 4 – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior, sob proposta do executivo.
- 5 – Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da autarquia.
- 6 – Apreciação e votação da 1ª Revisão do Orçamento, Opções do Plano ao PPI, sob proposta do executivo.
- 7 – Apreciação e votação de alterações à toponímia.

O Presidente da Assembleia, Carlos Santos, abriu a sessão começando por saudar os presentes dando de imediato início aos trabalhos.

Registando-se a presença de Público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado. Não se registando qualquer inscrição, o Presidente passou ao período antes da Ordem de Trabalhos, propondo que se invertessem os pontos um e dois, de forma a que o novo elemento da Assembleia tivesse legitimidade para participar ativamente na reunião.

Colocada a proposta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

Antes mesmo de dar início à Ordem de Trabalhos, o Presidente da Assembleia empossou o novo membro da bancada do PSD, tendo-se verificado a identidade e legitimidade do mesmo, que a seguir se descreve: Hélder José Pereira Ferreira, portador do Cartão de Cidadão número 11265814, nascido a 24/07/1978, residente em Avenida Dr. José Maria Cardoso, nº 17, 5ºEsquerdo, 3200-202 Lousã.

Dando a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, **António Marçal**, apresentou um acordo de Execução e um Contrato Administrativo de Delegação de Competência, assinados entre a Câmara Municipal da Lousã e a Junta e Freguesia de Lousã e Vilarinho.

Inscreveram-se:

Da bancada do PSD, Hélder Lourenço.

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and another signature below it.

Da bancada do PS, João Santos, Ana Sêco.

Hélder Lourenço afirmou que os acordos apresentados são uma mais-valia para a freguesia, no entanto, dado que altera toda a estrutura da junta, interroga quais os apoios específicos que serão disponibilizados pelo Município da Lousã.

João Santos complementou a informação veiculada por António Marçal, afirmando que este tipo de acordos veem regularizar uma situação já tipificada.

Ana Sêco pediu esclarecimentos sobre a utilização da nova logomarca da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, dado que a mesma não só não se encontra aprovada em Assembleia de Freguesia, mas igualmente não está referenciada nas atas do Executivo da Junta. A mesma referiu ainda que os símbolos são manifestações gráficas de grande importância cultural, criados para transmitir informações sobre o Município e o sentimento de respeito da população diante da história de sua Freguesia, pelo que todos os membros da Assembleia e a própria Comunidade devem participar na elaboração da mesma.

Usando a palavra, **António Marçal** começou por responder às intervenções de Hélder Lourenço e João Santos, afirmando que só através dos Anexos a estes acordos, será possível verificar a especificidade dos mesmos.

Passando à questão de Ana Sêco, o presidente da Junta confirmou que a logomarca nunca foi aprovada em reuniões de Executivo e de Assembleia comprometendo-se, no entanto, a trazer este ponto à Assembleia de Freguesia até Setembro de 2014.

Tendo sido colocado à votação a aprovação do acordo de Execução e do Contrato Administrativo de Delegação de Competência, os mesmos foram aprovados por unanimidade.

Entrando no **Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos**, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.

António Marçal procedeu a uma breve explanação da situação financeira da Junta, destacando o não pagamento à empresa FreSoft, responsável pelo software de contabilidade POCAL, devido à inexistência de apoio técnico por parte desta entidade.

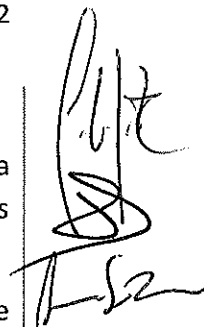
Inscreveram-se:

Da bancada do PSD, Carlos Soares.

Da bancada do PS, João Santos.

João Santos, no uso da palavra, interpelou o presidente do Executivo no que concerne às limpezas, alertando para a necessidade de intervenção urgente em diversos locais, nomeadamente devido à realização de festividades e procissões.

Carlos Soares questionou sobre a nova escola e sobre a audiência de julgamento onde estiveram presentes os membros do Executivo.





António Marçal referiu que existe um mapa com todas as festividades religiosas afixado no Estaleiro, para que os funcionários possam proceder à limpeza dos respetivos Lugares.

Passando à interpelação seguinte, António Marçal referiu que a abertura da nova escola implicará o encerramento de algumas escolas primárias no Concelho. Relativamente à audiência em tribunal, esta relacionou-se com um antigo processo da extinta Junta de Freguesia da Lousã, relativo à utilização indevida de um terreno baldio.

Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, eleição de vogal para o Executivo da Junta sob proposta do Presidente da Junta.

António Marçal propõe para o lugar de Carlos Antunes, enquanto Vogal do Executivo, António de Fátima Lima Gonçalves.

Colocada a proposta a votação secreta, a mesma foi aprovada por maioria, nomeadamente doze votos a favor e um voto contra.

Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior, sob proposta do executivo. Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, ninguém se inscreveu.

António Marçal procedeu a uma breve explicação, apresentando os dados referentes aos mapas de recebimentos e pagamentos, que apresentam os seguintes valores:

RECEBIMENTOS:

Saldo da Gerência anterior - 33.255,70€ (trinta e três mil, duzentos e cinquenta e cinco euros e setenta cêntimos), sendo da Execução Orçamental o valor de 32.553,14€ (trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta e três euros e catorze cêntimos) e das Operações de Tesouraria 702,56€ (setecentos e dois euros e cinquenta e seis cêntimos).

Receitas Orçamentais Correntes - 18.495,14€ (dezoito mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e catorze cêntimos).

Operações de Tesouraria - 1.258,59€ (mil, duzentos e cinquenta e oito euros e cinquenta e nove cêntimos).

O total de Recebimentos foi de 53.009,43€ (cinquenta e três mil, nove euros e quarenta e três cêntimos).

PAGAMENTOS:

Despesas Orçamentais - 42.830,70€ (quarenta e dois mil, oitocentos e trinta euros e setenta cêntimos), sendo das despesas Orçamentais Correntes o valor de 28.645,59€ (vinte e oito mil, seiscentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos) e das despesas Orçamentais de Capital 14.185,11€ (catorze mil, cento e oitenta e cinco euros e onze cêntimos).

Operações de Tesouraria - 1.199,17€ (mil, cento e noventa e nove euros e dezassete cêntimos).

Saldo para a Gerência seguinte – 8.979,56€ (oito mil, novecentos e setenta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos), sendo da Execução Orçamental o valor 8.217,58€ (oito mil, duzentos e dezassete euros e cinquenta e oito cêntimos) e das Operações de Tesouraria 761,98€ (setecentos e sessenta e um euros e noventa e oito cêntimos).

Para finalizar a sua exposição, o Presidente António Marçal referiu que o total dos pagamentos foi de 53.009,43€ (cinquenta e três mil, nove euros e quarenta e três cêntimos).

Colocada à votação, a Conta de Gerência referente ao ano de 2013, foi aprovada por maioria, com três abstenções.

Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da autarquia. Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, ninguém se inscreveu.

Sexto Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação e votação da 1ª Revisão do Orçamento, Opções do Plano ao PPI, sob proposta do executivo. Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, ninguém se inscreveu.

O Presidente da Junta procedeu à explicação, ponto por ponto, das diversas rúbricas, nomeadamente:

Modificações do Orçamento da Receita:

Inseriu-se na Classificação Económica 0603070000, Serviços e fundos autónomos (CCDRC/IEFP), o reforço de 34.000,00€ (trinta e quatro mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0605010100, Subsídios, o reforço de 7.600,00€ (sete mil e seiscentos euros)

Inseriu-se na Classificação Económica 1005010000, Continente (CMLousã), o reforço de 10.00,00€ (dez mil euros)

Inseriu-se na Classificação Económica 1601010000, na posse do serviço, o reforço de 8.979,56€ (oito mil, novecentos e setenta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos).

Modificações do Orçamento da Despesa:

Inseriu-se na Classificação Económica 0101090000, Pessoal em qualquer outra situação, o reforço de 12.00,00€ (doze mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0101130000, Subsídio de refeição, o reforço de 5.000,00€ (cinco mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0201010000, Matérias-primas e subsidiárias, o reforço de 500,00€ (quinhentos euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0201070000, Vestuário e artigos pessoais, o reforço de 1.100,00€ (mil e cem euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0202080000, Locação de outros bens, o reforço de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0202190000, Assistência técnica, o reforço de 3.000,00€ (três mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0202250000, Outros serviços, o reforço de 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701030100, Instalação de serviços, o reforço de 15.000,00€ (quinze mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701040800, Viação rural/florestal, o reforço de 2.979,56€ (dois mil, novecentos e setenta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701041301, Águas livres, o reforço de 3.000,00€ (três mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701041303, Voltar à terra, o reforço de 3.000,00€ (três mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701100200, Outros, o reforço de 5.000,00€ (cinco mil euros).

Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI):

Inseriu-se na Classificação Económica 0707030100, Obras de conservação e manutenção dos edifícios Sede e Vilarinho, o reforço de 14.000,00€ (catorze mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0707030100, Obras de conservação e manutenção do estaleiro, o reforço de 1.000,00€ (mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701100200, Aquisição de uma máquina retroescavadora, o reforço de 5.000,00€ (cinco mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701041303, Apoio na reparação e beneficiação em tanques de rega, regadios e lavadouros, o reforço de 3.000,00€ (três mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701040800, Beneficiação e conservação de estradas, arruamentos, caminhos pedonais; limpeza de bermas e valetas, etc., o reforço de 2.979,56€ (dois mil, novecentos e setenta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701041301, Beneficiação, reparação e manutenção de fontes e fontenários; colocação e rejuntamento de manilhas em aquedutos, etc., o reforço de 3.000,00€ (três mil euros).

Colocada à votação, 1ª Revisão do Orçamento, Opções do Plano ao PPI, foi aprovada por maioria, com três abstenções.

Sétimo Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação e votação de alterações à toponímia.

Dado a complexidade do ponto em questão e às inúmeras opiniões, Carlos Santos, Presidente da Assembleia, sugeriu a retirada deste ponto da ordem de trabalhos, pedindo uma reunião com a Comissão de Toponímia do Município. Posto à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Antes de finalizar os trabalhos, Carlos Santos apresentou correspondência dirigida à Assembleia de Freguesia, proveniente do movimento Em Defesa da Escola Pública.


E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a assembleia às vinte e três horas e quarenta e cinco minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa



(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário



(João António Martins dos Santos)

A Segunda Secretária



(Ana Filipa Rodrigues Sêco)

ATA N.º 5

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.
- 2 – Autorização de escritura de justificação por usucapião de imóveis.
- 3 – Autorização para doação de imóveis à Freguesia das Gândaras.
- 4 – Apreciação e votação de alterações à toponímia.

Registando-se a ausência dos membros Fernanda Almeida e Hélder Ferreira, sem as mesmas terem sido justificadas, o Presidente da Assembleia, **Carlos Santos**, abriu a sessão começando por saudar os presentes dando de imediato início aos trabalhos.

Registando-se a presença de Público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado. Não se registando qualquer inscrição, o Presidente passou ao período antes da Ordem de Trabalhos, submetendo a votação da Ata número quatro de dois mil e catorze, tendo sido aprovada por unanimidade.

Inscreveram-se para este período Carlos Soares, Mário Fontes e João Santos.

Carlos Soares questionou sobre as obras da rua do Chão Novo e as novas instalações de saúde.

Mário Fontes questionou sobre o ponto de situação da intervenção na rua do Soito e na rua da Fonte, bem como sobre as questões de toponímia na zona de Cabeço do Moiro, Levegadas e Vale Maceira.

João Santos destacou o importante exemplo de cidadania participativa demonstrada pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia, nomeadamente na intervenção da rua Conselheiro Vicente Ferrer e no processo da reorganização do Projeto Educativo Concelhio. Salientou ainda a presença da Junta de Freguesia na Mostra Comercial e Industrial do Concelho e o boletim informativo.

Em resposta, **António Marçal** referiu que as intervenções na rua Conselheiro Vicente Ferrer, onde se inclui a empreitada da Rua da Chão Novo, estão em curso, prevendo-se que os trabalhos tenham início no mês de julho. Relativamente às novas instalações de saúde, atendendo a que o proprietário do equipamento é a ARS Centro, de momento não existem informações sobre a sua entrada em funcionamento.

Relativamente às questões levantadas por Mário Fontes informou que a Junta está atenta à necessária intervenção e que a toponímia será concluída logo que possível.

Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira. O Presidente da Junta, **António Marçal**, procedeu a uma breve explanação de diversas atividades promovidas nos meses de abril, maio e junho de 2014, destacando as limpezas efetuadas na freguesia, bem como a manutenção de estradas, caminhos e linhas de água durante este período.

Entrando no **Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos**, autorização de escritura de justificação por usucapião de imóveis, **António Marçal** procedeu a uma breve explanação sobre a situação de dois imóveis no limite da freguesia com a freguesia das Gândaras e sobre a pertinência dos mesmos passarem para a posse da Junta de Freguesia das Gândaras, conforme proposto no **terceiro ponto da ordem de trabalhos**.

Colocada à votação, o segundo e o terceiro pontos foram aprovados por unanimidade.

Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação e votação de alterações à toponímia. Tendo por base um abaixo-assinado apresentado por moradores de Cova do Lobo e Marco do Espinho, propondo a alteração do nome da rua da Escola para "Rua Estrada Principal" ou "Rua Estrada Nova", a Assembleia de Freguesia aprovou por unanimidade enviar a referida proposta à Comissão Municipal de Toponímia.

João Santos propôs a atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a Ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocado à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia às vinte e duas horas e vinte e cinco minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa



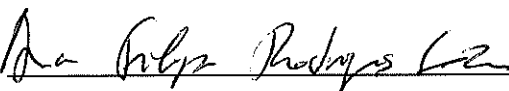
(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário



(João António Martins dos Santos)

A Segunda Secretária



(Ana Filipa Rodrigues Sêco)

ATA N.º 6

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, no Edifício da Delegação da Freguesia de Lousã e Vilarinho, em Vilarinho, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.

2 - Toponímia.

O Presidente da Assembleia, **Carlos Santos**, começou por saudar os presentes dando de imediato início aos trabalhos.

Registando-se a presença de Público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado. Não se registando qualquer inscrição, o Presidente passou ao período antes da Ordem de Trabalhos.

Seguidamente, pediram a palavra:

Da bancada do PSD, Carlos Soares, Hélder Lourenço.

Da bancada do PS, Líliliana Simões, Mário Fontes, João Santos, Filipe Amado.

Líliliana Simões, da bancada do PS, começou por fazer o ponto de situação dos projetos estabelecidos entre a Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho e a Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares (ADSCCL). Seguidamente, referiu pontos menos positivos relativamente à abertura da Escola Básica nº 1 da Lousã, nomeadamente no que se refere à falta de pessoal auxiliar, iluminação dos espaços, horário de almoço alargado e o sistema de horários do transporte escolar.

Mário Fontes iniciou a sua intervenção chamando a atenção para o facto de as obras de Vale Maceira estarem paradas devido à falta de material. Aproveitando a sua intervenção, solicitou igualmente material de iluminação para o referido local.

Carlos Soares, da bancada do PSD, começa por dar os parabéns à ADSCCL por todos os projetos que têm vindo a desenvolver. Ainda na sua intervenção, alertou para o perigo que representam os camiões e autocarros estacionados na berma da Av. Afonso Henriques, dado que retiram a visibilidade aos condutores e peões.

Hélder Lourenço, após congratular o dinamismo da ADSCCL, solicita o fornecimento de um email institucional aos elementos da bancada do PSD para que possam responder às solicitações dos fregueses sem que para isso tenham que recorrer aos emails pessoais. Informa igualmente que o novo site da junta de freguesia não está disponível através de

consulta do motor de busca Google. Ainda no uso da palavra, informa a Assembleia que um freguês solicita a abertura da estrada que vem na direção do Matadouro para a EDP.

João Santos felicita todos os membros da Assembleia pelo primeiro ano de mandato. Dando resposta à solicitação apresentada por Hélder Lourenço, informa que a Câmara Municipal da Lousã fez diligências no sentido de reabrir a passagem entre o Matadouro e a EDP, mas a Refer está irredutível na sua recusa. No que concerne à intervenção de Liliana Simões, João Santos informa que a Câmara está ciente dos problemas que decorrem da abertura da Escola Básica nº 1 da Lousã, mas exorta a que os mesmos sejam relatados através da Coordenadora da Escola.

Filipe Amado dá conhecimento ao Executivo da Junta que a estrada que passa atrás do Cemitério de Vilarinho possui muros que se encontram em risco de cair. A situação é tanto mais preocupante dado que a mesma é utilizada pelas crianças que fazem o percurso entre a nova escola e o lugar de Vilarinho.

Antes de passar a palavra ao Presidente da Mesa da Assembleia, **Carlos Santos** refere que a abertura do ano letivo foi um processo muito complexo devido à radical transformação do panorama escolar, no entanto, não pode deixar de saudar a melhoria do Parque Escolar da Lousã.

O presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, **António Marçal**, usando a palavra, saudou todos os presentes. Começa por fazer referência ao aniversário da Nova Junta, onde se tentou criar uma nova entidade autárquica, sem nunca esquecer as especificidades das duas Juntas extintas. Relativamente à intervenção de Liliana Simões, António Marçal expressa a sua estupefação pela ausência de auxiliares. No que concerne ao estacionamento de veículos de grande porte na Av. Afonso Henriques, defende que se deve arranjar um lugar alternativo para o seu estacionamento. Dando resposta à intervenção de Hélder Lourenço, informa não só que a página da Junta ainda está em fase, mas igualmente que o servidor não comporta a criação de um email para cada um dos membros da Assembleia de Freguesia.

João Santos complementa a informação veiculada pelo Presidente do Executivo, dando conhecimento aos presentes que se abriu um procedimento de contratação de auxiliares escolares, de forma a suprir as necessidades detetadas.

Entrando no **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos**, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira. O Presidente da Junta, **António Marçal**, procedeu a uma breve explanação de diversas atividades promovidas nos meses de julho, agosto e setembro de 2014, destacando as limpezas efetuadas na freguesia, bem como a manutenção de estradas, caminhos e linhas de água durante este período.

Inscreveram-se:

Da bancada do PS, Carlos Antunes.



Da bancada do PSD, Carlos Soares.

Carlos Soares, no uso da palavra, interroga os membros do Executivo sobre o número de funcionários que a Junta tem a trabalhar no terreno. Aproveita, igualmente, não só para dar os parabéns aos mesmos não só por pagarem aos fornecedores dentro do prazo, mas por recorrerem, sempre que possível, a empresas lousanenses.

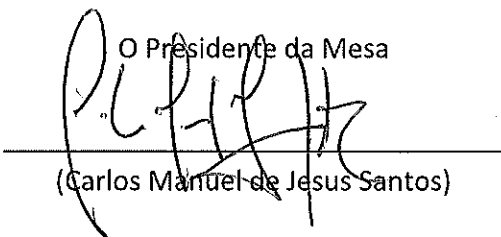
Carlos Antunes agradece ao Executivo da Junta pelo apoio dado na festa de aniversário do Clube Desportivo Lousanense.

Respondendo às interpelações, **António Marçal**, informa que no cômputo total dos diversos projetos, a Junta possui cerca de 20 funcionários.

Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, toponímia. No que respeita a este ponto e no seguimento de ofício da Câmara Municipal da Lousã onde era solicitada a pronúncia da Junta de Freguesia sobre a atribuição do topónimo Largo Dr. António Moncada, proposta pela Comissão Municipal de Toponímia, a Assembleia de Freguesia nada tem a opor a esta atribuição.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia às vinte e duas horas e vinte e cinco minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa



(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário



(João António Martins dos Santos)

A Segunda Secretária



(Ana Filipa Rodrigues Sêco)

ATA N.º 7

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.
- 2 - Discussão e votação da 2ª revisão do Orçamento da freguesia para o ano económico de 2014 sob proposta do executivo.
- 3 - Discussão e votação das Opções do Plano, da proposta de Orçamento e Mapa de Pessoal dos serviços da freguesia para o ano económico de 2015 sob proposta do Executivo.
- 4 - Discussão e votação do Regulamento Geral de Taxas e Licenças e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços pela Junta de Freguesia para o ano de 2015, sob proposta do Executivo.
- 5 - Discussão e votação do Regulamento do cemitério de Vilarinho sob proposta do Executivo.
- 6 - Discussão e votação do Regulamento Específico de Licenciamento de Atividades Diversas sob proposta do Executivo.
- 7 - Ratificação da proposta de reclassificação profissional de funcionária, sob proposta do Executivo.
- 8 - Autorização de revalidação de conta negócio cujo valor máximo se fixa em 15 000,00€ (quinze mil euros).
- 9 - Discussão e votação da proposta de adesão à ANAFRE.

O Presidente da Assembleia, **Carlos Santos**, começou por saudar os presentes dando de imediato início aos trabalhos. Feita a chamada, verificou-se a ausência não justificada de Lílíana Simões (PS).

Registando-se a presença de Público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado.

Inscreveu-se Joaquim Sêco.

Joaquim Sêco agradeceu o empenho da Junta de Freguesia na cooperação tida na recuperação de uma habitação degradada em Fiscal. O mesmo freguês, em representação do Movimento Cívico "REFUTAR", efetuou uma breve apresentação dos objetivos deste Movimento, criado tendo como principal objetivo "lutar" pela recuperação da extinta freguesia de Vilarinho. Informou ainda que este Movimento Cívico foi inicialmente constituído por 14 pessoas, tendo atualmente 19 equipas no



terreno a recolher assinaturas. Apelou ainda que, ao contrário do que se passou no passado, não existam “capas” políticas e que todos se unam em torno desta causa que se assume como uma questão de justiça. **Joaquim Sêco** apelou a que o Executivo e a Assembleia se unam ao Movimento nesta luta e que a mesma não seja interpretada como uma crítica ao trabalho do Executivo.

O Presidente da Junta, **António Marçal**, informou que tem efetuado diversas ações para que todos os Partidos políticos, nas próximas eleições Legislativas, assumam a revisão desta Lei injusta. Informou ainda que estará ao lado da população nesta procura da melhor reorganização para o Concelho da Lousã. António Marçal defendeu ainda o legado histórico e territorial que deve ser defendido e que a reorganização deve ter esta questão como base.

Entrando no **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos**, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira. O Presidente da Junta, **António Marçal**, procedeu a uma breve explanação de diversas atividades promovidas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2014, referindo que a informação apresentada é bastante densa e reflete o trabalho desenvolvido.

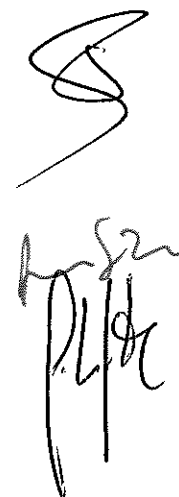
Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, discussão e votação da 1ª revisão do Orçamento da freguesia para o ano económico de 2014 sob proposta do executivo. No que respeita a este ponto e após uma breve descrição este ponto foi colocado a votação e aprovado por unanimidade.

Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, Discussão e votação das Opções do Plano, da Proposta de Orçamento e Mapa de Pessoal dos serviços da freguesia para o ano económico de 2015 sob proposta do Executivo. O Presidente da Junta, **António Marçal**, destacou os contributos apresentados no âmbito do estatuto da oposição e a sua relevância para as Opções do Plano, nomeadamente para a sustentabilidade do território, destacando que pretende que estes contributos sejam colocados em prática com o apoio dos Membros da Assembleia, nomeadamente os elementos da bancada do PSD. **Hélder Lourenço** referiu é com agrado que verifica que as propostas dos eleitos do PSD foram tidas em conta e que estão disponíveis para colaborar na implementação das mesmas. Colocado à votação, este ponto foi aprovado por unanimidade.

Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos, discussão e votação do Regulamento Geral de Taxas e Licenças e Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços pela Junta de Freguesia para o ano de 2015, sob proposta do Executivo. O Presidente da Junta, **António Marçal**, efetuou uma breve explicação/contextualização da proposta. Colocado à votação, este ponto foi aprovado por unanimidade.

Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos, discussão e votação do Regulamento do cemitério de Vilarinho sob proposta do Executivo. Colocada a proposta a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

Sexto Ponto da Ordem de Trabalhos, discussão e votação do Regulamento Específico de Licenciamento de Atividades Diversas sob proposta do Executivo. O Presidente de



Junta, **António Marçal**, efetuou uma explanação das dificuldades encontradas na elaboração da proposta, apresentando exemplos concretos e reais das incoerências de atribuir às Juntas esta competência. Informou ainda que está ser feito um trabalho conjunto com a Câmara Municipal e as restantes Juntas do Concelho. Após esta contextualização este ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade.

Sétimo Ponto da Ordem de Trabalhos, ratificação da proposta de reclassificação profissional de funcionária, sob proposta do Executivo. Ponto retirado da Ordem de Trabalhos a pedido do Executivo e devidamente explicado à Assembleia de Freguesia.

Oitavo Ponto da Ordem de Trabalhos, autorização de revalidação de conta negócio cujo valor máximo se fixa em 15.000,00€ (quinze mil euros). A assembleia de freguesia aprovou, por unanimidade, o pedido de autorização formulado pelo executivo para a contração de empréstimo de curto prazo, até ao valor de € 15.000,00 (quinze mil euros), ao abrigo das disposições contantes nas alíneas h) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 73/2013 de 13 de maio e c) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Nono Ponto da Ordem de Trabalhos, discussão e votação da proposta de adesão à ANAFRE. Colocada a proposta a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia propôs a atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocado à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a assembleia às vinte e uma horas e trinta minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa




(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário



(João António Martins dos Santos)

A Segunda Secretária



(Ana Filipa Rodrigues Sêco)

ATA N.º 8

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, na antiga escola do Prilhão, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.
2. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior, sob proposta do executivo.
3. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da autarquia.
4. Apreciação e aprovação de um empréstimo de curto prazo, até ao valor de 15.000,00€, sob proposta do executivo.
5. Apreciação e aprovação de adenda ao Acordo de Execução.
6. Apreciação e aprovação de Acordo Interadministrativo de Delegação de Competências com a CML.

O presidente da mesa, Carlos Santos, começou por saudar os presentes, dando de imediato início aos trabalhos. Feita a chamada, verificou-se a ausência de João Santos, Ana Seco, Tiago Henriques e Fernanda Almeida (PS). Dos pedidos de substituição feitos, compareceu António Fernando Correia Henriques. Foram chamados para a mesa Liliana Simões (PS) e Hélder Ferreira (PSD).

O Presidente da Junta solicitou à Mesa que, no final da ordem de trabalhos, a Assembleia aprovasse a retificação da deliberação aprovada pela Assembleia na sessão de vinte e sete de junho de dois mil e catorze, referente às casas do Cume, sendo esta pretensão aceite.

Registando-se a presença de público, o Presidente da Assembleia questionou se os cidadãos presentes pretendiam usar da palavra no período que lhe estava destinado.

Inscreveram-se os munícipes Lino Manuel Alves da Piedade, Carlos Luís Simões Serra e Alcídio de Almeida. Lino da Piedade, residente em Vilarinho, pede para que a questão do saneamento na zona do Lavadouros nas Regadas, seja resolvida já que muitas vezes a água do regadio corre muito suja. Carlos Serra, de Vilarinho, informa que a água que deveria correr na fonte pública na Rua de S. Domingos foi cortada por um particular e pede resolução da situação. Alcídio de Almeida, residente no Prilhão, refere que a população do lugar está idosa, que muitas pessoas não têm transporte próprio e que beneficiariam de um transporte para a Lousã; refere que parte do regadio na estrada principal está muito degradado e ainda que deveria ser colocado alcatrão no seguimento da Rua da Cal.

Agradecendo as intervenções, o Presidente da Junta informa que o regadio foi reparado mas que vai averiguar se há alguma situação pontual a resolver. A questão da ligação ao saneamento terá que ser resolvida com uma caixa de ligação. Em relação ao corte de água na fonte vai também ver o que se passa e agir de conformidade. Acerca do pedido de transporte, reconhece a necessidade dos residentes, prometendo levar o assunto à próxima Assembleia Municipal e fazer o necessário para colaborar numa solução.

O membro da Assembleia Hélder Lourenço refere que o documento de informação escrita do Presidente não foi enviado atempadamente, pedindo a atenção do executivo para esse facto.

Entrando no **primeiro ponto** da Ordem de Trabalhos, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira, o Presidente da Junta, António Marçal, fez uma breve explicação dos trabalhos e atividades desenvolvidas pela freguesia desde janeiro a abril, referindo que o documento da informação apresentado à Assembleia é bastante completo e reflete essa mesma atividade. Chama a atenção para a situação financeira da Junta, explicando os constrangimentos que têm dificultado o trabalho, nomeadamente o assalto ao estaleiro que nos deixou sem equipamento importante. Hélder Lourenço quis saber o valor e o material envolvido nos roubos. Em resposta, o Presidente fala em motosserras e ferramenta diversa no valor total de cerca de cinco mil euros, entre equipamento da Junta e dos Baldios de Alfocheira.

Segundo ponto da ordem de trabalhos, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior, sob proposta do executivo. O Presidente da Junta fez uma breve explicação dos valores apresentados referindo que os fracos recursos financeiros obrigam a que não se faça a obra necessária e que se tenha que ratear na distribuição de materiais e recursos humanos. Adianta que a Lei dos Compromissos gera muito formalismo e dificulta o trabalho da junta e o normal funcionamento dos serviços. Não havendo inscrições foram os documentos colocados à votação, tendo sido aprovados com sete votos a favor do partido Socialista e três abstenções do partido Social Democrata.

Terceiro ponto da ordem de trabalhos, apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da autarquia. O Presidente da Junta interveio fazendo uma breve explicação do mesmo. Abertas as inscrições, Hélder Lourenço refere que o mais importante é o material de mais valor mas que é um documento importante.

Quarto ponto da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação de um empréstimo de curto prazo, até ao valor de 15.000,00€, sob proposta do executivo. O Presidente explica que foram pedidas cotações a seis entidades bancárias, mas que a única que respondeu de acordo com o pretendido foi o BIC. O Presidente explica que há necessidade de ter fundo de maneiço disponível para pagar as obras da sede da junta para que seja possível entregar o espaço agora ocupado logo que possível. Muitas vezes o preço é negociado com os fornecedores tendo em conta o prazo e condições de pagamento. Esta autorização poderá eventualmente não ser usada, dependendo do tempo que a obra demorar e dos financiamentos dos contratos acordados com a Câmara Municipal. Hélder Lourenço pede mais informações nomeadamente sobre o tempo previsto para a obra. O Presidente informa que estamos a fazer todos os esforços para que a remodelação da sede termine em novembro e que o pedido de autorização agora solicitado à Assembleia se justifica pela necessidade de ter fundos disponíveis para negociar com os fornecedores. Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria com sete votos do partido Socialista e três abstenções do partido Social Democrata.

Quinto ponto da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação de adenda ao Acordo de Execução. O presidente da Junta toma a palavra para explicar que esta situação ainda não é a ideal porque estamos a falar de subsídios de funcionamento da Câmara para a Junta mas que

os acordos têm ajudado. À pergunta de Hélder Ferreira sobre quais as competências delegadas, o presidente informa que, na prática, são os serviços de limpeza e de manutenção da rede viária já assumidos pela Junta. Não havendo mais inscrições, foi o presente documento aprovado por unanimidade.

Sexto ponto, apreciação e aprovação de Acordo Interadministrativo de Delegação de Competências com a CML. Não havendo inscrições, foi o presente documento aprovado por unanimidade.

Após a ordem de trabalhos previamente fixada foi dado cumprimento ao requerido de início, tendo o Presidente da Junta explicado que o pedido de retificação de texto sobre a doação das casas no Cume, já aprovada por esta Assembleia na sessão de vinte e sete de junho de dois mil e catorze, é resultante da solicitação expressa pela Notária. Explicita que, de acordo com o pedido referido, o texto deverá ser obedecer ao texto que a mesma enviou, o qual foi lido.

A Assembleia, por unanimidade, aprovou a referida retificação, a qual se transcreve na íntegra e nos precisos termos do solicitado: «Assembleia de Freguesia de Lousã e Vilarinho delibera no sentido de se proceder à escritura de justificação por usucapião das casas de habitação inscritas na matriz predial **urbana** da freguesia de **Gândaras** sob os artigos números **195** artigo este que provém dos dos artigos U-885 da mesma freguesia de Gândaras, que por sua vez proveio do artigo U-7871 da extinta freguesia de Lousã, e artigo **1196** inscrito através da apresentação da Declaração Modelo I do IMI nº 6435640 entregue em 18 de Março do corrente ano estando até essa data omissa na matriz. As habitações identificadas foram construídas pela extinta freguesia de Lousã, que por motivos de reorganização territorial é agora União das Freguesias de Lousã e Vilarinho, habitações estas que foram edificadas no ano de 1984 em data que não é possível precisar, em terreno que está na sua posse desde tempos imemoriais, e, apesar de terem sido efetuadas diversas buscas nesta junta de freguesia, não se conseguiu identificar o prédio onde estas foram implantadas, nem a data e a forma de aquisição do mesmo. Deliberam também que se proceda à escritura de justificação por usucapião do terreno dentro do aglomerado urbano, inscrito na matriz predial **urbana** da freguesia de **Gândaras** sob o artigo número **1197**, do qual desconhecem quaisquer proveniências, estando na sua posse desde tempos imemoriais, e que apesar de terem sido efetuadas diversas buscas nesta junta de freguesia, não se conseguiu identificar nem a data nem a forma de aquisição do **mesmo**.

Mais deliberam, proceder à escritura de doação, livre de quaisquer ónus ou encargos, destes três imóveis, **artigos 1195, 1196 e 1197 inscritos na matriz predial urbana da freguesia de Gândaras**, para a Junta de Freguesia de Gândaras, uma vez que pelo facto da criação desta freguesia de Gândaras no ano de 2001, os mesmos passaram a estar inseridos dentro do limite territorial da mesma, sendo que a utilidade de tais prédios é servir as necessidades sociais dos munícipes residentes na freguesia onde os mesmos se inserem, portanto da freguesia de Gândaras.».

Foi ainda proposto pela Assembleia um voto de pesar pelo falecimento de Bernardino Nunes, membro da Assembleia de Freguesia da extinta freguesia de Vilarinho com o seguinte teor:

A Assembleia de Freguesia de Lousã e Vilarinho, reunida em sessão ordinária, no dia vinte e sete de abril de dois mil e quinze, aprovou por unanimidade um VOTO DE PESAR pelo falecimento do antigo membro da Freguesia de Vilarinho, Senhor Bernardino Nunes, pelo seu percurso de vida cívica ativa e altruísmo, que importa realçar, tendo defendido convictamente os interesses de Vilarinho e dedicado o seu tempo a causas sociais e à promoção da identidade

e cultura lousanenses. Bernardino Nunes, era vice-presidente da ADIC, associação da qual foi fundador em mil novecentos e noventa e sete, fez parte do Grupo de Concertinistas da Lousã, Cooperativa Trevim, Coro Misto da Sociedade Filarmónica Lousanense, Sociedade Filarmónica Lousanense, Rancho Infantil Estrelinhas da Ponte do Areal, Irmandade de N. Sr.^a da Piedade, Clube Desportivo Lousanense, Santa Casa da Misericórdia, entre outras organizações dedicadas ao associativismo na Lousã.

Deliberado manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar.

A Assembleia deliberou aprovar Votos de Louvor às seguintes entidades desportivas: Rugby Club da Lousã (equipa de Seniores), Clube Desportivo Lousanense (equipa de Juvenis), Associação Desportiva Serpinense (equipa de Futsal feminina) e Montanha Club (secção de Judo – veteranos) pelos brilhantes resultados obtidos nas suas modalidades nas mais recentes competições. Deliberado dar conhecimento deste voto de louvor às coletividades desportivas em questão.

Para os devidos efeitos foi a presente ata aprovada em minuta por unanimidade.


E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a assembleia às vinte e duas horas e trinta minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa



(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário



(Líliliana Marcela Moreira Simões)

A Segunda Secretária



(Hélder José Pereira Ferreira)

ATA N.º 9

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, na sede da Associação Cultural e Recreativa de Ceira dos Vales, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.
- 2 – Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental e PPI.
- 3 – Apreciação e votação de propostas de toponímia.

O Presidente da Assembleia, **Carlos Santos**, começou por saudar os presentes dando de imediato início aos trabalhos. Feita a chamada, verificou-se a ausência de Liliana Simões (PS), Carlos Antunes (PS), Fernanda Almeida (PS) e Hélder Ferreira (PSD).

Registando-se a presença de Público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado. Inscreveram-se **Rui Fernandes** e **Jorge Santos**, pedindo informações sobre a obra que está a decorrer na via principal de Ceira dos Vales.

Seguidamente, pediu a palavra:

Da bancada do PS, Filipe Amado.

Filipe Amado informa que, na sequência de um acidente de automóvel, o pontão de Prilhão ficou destruído, colocando em perigo a circulação rodoviária.

António Marçal, presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, usando a palavra, começou por saudar os presentes. Em resposta a Filipe Amado, o presidente do Executivo referiu que a reconstrução começará ainda esta semana. No que concerne à obra a decorrer, informa que irão ser construídos paredões, tendo sempre em conta o desvio das águas pluviais.

Entrando no **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos**, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira. O Presidente da Junta, **António Marçal**, procedeu a uma breve explanação de diversas atividades promovidas nos meses de abril, maio e junho de 2015, destacando as limpezas efetuadas na freguesia, bem como a manutenção de estradas, caminhos e linhas de água durante este período.

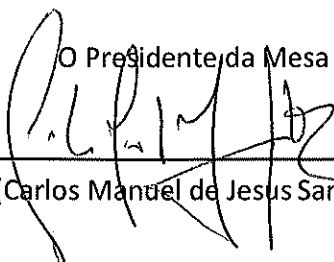
Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental e PPI, cujos documentos ficaram arquivados na pasta competente na secretaria da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho. Colocado à votação, este ponto foi aprovado por unanimidade.

Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação e votação de propostas de toponímia. Perante as propostas apresentadas, referentes à alteração de toponímia nos lugares de Cacilhas e de Vale de Neira, a Assembleia de Freguesia aprovou por maioria com duas abstenções enviar as referidas propostas à Comissão Municipal de Toponímia.

O Presidente da Assembleia propôs a atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a Ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocado à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia às vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa



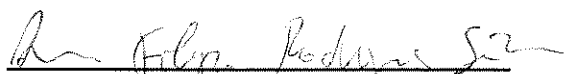
(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário



(João António Martins dos Santos)

A Segunda Secretária



(Ana Filipa Rodrigues Sêco)

ATA N.º 10

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, ~~belas~~ vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.
- 2 – Apreciação de moção a apresentar no Congresso da ANAFRE.

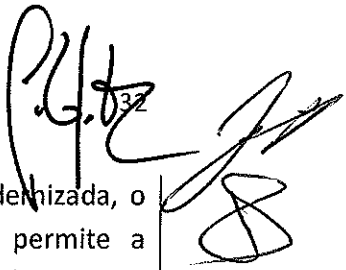
Registando-se a ausência justificada da Segunda Secretária, **Ana Sêco** – tendo o membro **Jorge Domingos** ocupado o seu lugar - o Presidente da Assembleia, **Carlos Santos**, abriu a sessão começando por saudar os presentes dando de imediato início aos trabalhos.

Registando-se a presença de Público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado. Não se registando qualquer inscrição, o Presidente da Assembleia leu uma carta remetida pelo membro do Executivo e Tesoureiro, **Aurélio Gonçalves**, apresentando a sua renúncia ao mandato por motivos pessoais. Questionado sobre este assunto, o Presidente da Junta, António Marçal, enalteceu o trabalho desenvolvido por Aurélio Gonçalves e informou que não tinha mais indicações sobre se a renúncia era só ao cargo de Tesoureiro mas sim ao mandato. Informou ainda que iria apurar estes dados e logo que possível entraria em contacto com o Presidente da Assembleia para agendar uma reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia a fim de ser eleito um novo vogal para o Executivo.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia passou ao período antes da Ordem de Trabalhos, tendo-se inscrito para este período Mário Fontes, Jorge Domingos e Lílian Simões.

Mário Fontes, alertou para diversas questões na zona de Vale Nogueira e Vale Maceira, nomeadamente a necessidade de concluir umas escadas que foram realizadas assim como acertos na iluminação pública, com o reforço de postes/luminárias.

Jorge Domingos, informou que na zona do Vale, nomeadamente Rua de Santo António, por incumprimento e falta de civismo de alguns automobilistas, será necessário implementar medidas de redução de velocidade antes que ocorra algum acidente. Alertou ainda que na Rua que dá acesso ao Vale, junto à antiga linha de caminho de ferro, as mimosas estão a crescer e a invadir a via, sendo necessário proceder ao corte das mesmas.



Liliana Simões, salientou que na Rua Vicente Ferrer, recentemente modernizada, o estacionamento abusivo dos moradores ocupando os passeios, não permite a circulação de peões. Alertou para a necessidade de medidas correctivas tendo em vista proteger os utilizadores dos passeios.

Respondendo às situações anteriormente referidas, **António Marçal**, Presidente da Junta, informou o seguinte:

Relativamente às questões levantadas pelo membro **Mário Fonte**, o Presidente informou que a colocação dos postes e das luminárias tal não depende da Junta de Freguesia. Foi feita a informação à entidade competente, estando a aguardar-se resposta. No que respeita às escadas, a Junta de Freguesia tem estado em contacto com a Câmara Municipal tendo em vista encontrar uma solução para concluir a obra antes do período de Inverno.

No que respeita às questões levantadas pelo membro **Jorge Domingos**, **António Marçal** informou que concorda com as considerações efectuadas e que, junto da Câmara Municipal, iria procurar encontrar uma solução para implementar medidas de redução de velocidade na zona referida. No que concerne às acácias, informou que iria solicitar autorização à Metro Mondego para intervir no local. Aproveitando esta intervenção, o Presidente da Junta aproveitou para informar que, após um período de negociação com os proprietários de terrenos junto a esta via, irá, a breve prazo, ter início a obra de alargamento parcial da mesma.

No que concerne à questão referida por **Liliana Simões**, o Presidente da Junta informou que concorda com as mesmas e que, logo na reunião tida com a população manifestou a sua posição, defendendo que a via, atendendo à sua tipologia e ao previsível aumento do número de utilizadores, nomeadamente pela entrada em funcionamento das novas instalações de saúde, deveria passar a ter um único sentido de trânsito. No entanto, na reunião tida com a população que visava a escolha democrática da melhor solução, a maioria optou por manter os dois sentidos de trânsito. Entende o Presidente da Junta que ainda se está a tempo de optar por uma solução de um único sentido, devendo a opção ser tomada em consonância com os residentes.

Passando ao **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos**, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira. O Presidente da Junta, **António Marçal**, procedeu a uma breve explanação de diversas atividades promovidas, destacando as limpezas efetuadas na freguesia, bem como a manutenção de estradas, caminhos e linhas de água e ainda a intervenção em curso no edifício Sede da Junta de Freguesia. No que respeita à situação financeira, o mesmo informou que a situação se pode considerar estável

Entrando no **Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos**, apreciação de moção a apresentar no Congresso da ANAFRE, **António Marçal** procedeu a uma breve

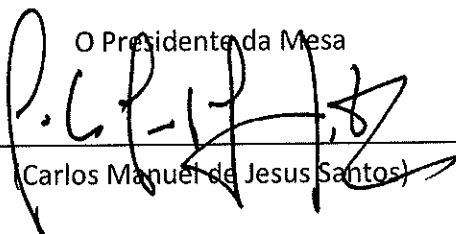
explicação sobre a moção, nomeadamente sobre a necessidade de repensar a reorganização administrativa do território. Entende o Presidente da Junta que o Congresso da ANAFRE é o momento ideal para discutir esta questão, nomeadamente após o ato eleitoral que elegerá o novo Governo, até porque não está claro em nenhum programa eleitoral esta necessidade.

Carlos Antunes, defendeu que a discussão deverá ser mais lata e entrar no campo da nova definição das delimitações das Freguesias e não ficar unicamente na questão da eliminação de unidades administrativas.

Colocada à votação, este ponto foi aprovado com maioria com um voto contra.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia às vinte e duas horas e cinco minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa



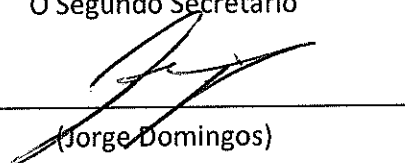
(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário



(João António Martins dos Santos)

O Segundo Secretário



(Jorge Domingos)



ATA N.º 11

Aos dois dias de novembro do ano de dois mil e quinze, pelas dezanove horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição de Vogal para o Executivo devido a renúncia de um elemento.

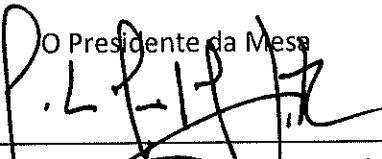
O Presidente da Assembleia, **Carlos Santos**, começou por saudar os presentes, dando de imediato início aos trabalhos. Feita a chamada, verificou-se a ausência não justificada de Fernanda Almeida (PS) e Carlos Antunes (PS).

Registando-se a presença de Público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado. Não se registando qualquer inscrição, o Presidente passou ao período antes da Ordem de Trabalhos

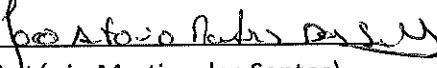
Ponto Único, eleição de vogal para o Executivo devido a renúncia de um elemento. O Presidente da Junta, **António Marçal**, dá conhecimento a todos os presentes que o vogal Aurélio Gonçalves, a desempenhar o cargo de Tesoureiro, apresentou a sua demissão invocando motivos pessoais, propondo, assim, a passagem do membro da Assembleia Liliana Simões para vogal do Executivo. Colocado à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 5 votos a favor, 1 voto contra e 6 abstenções.

O Presidente da Assembleia propôs a atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocado à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.


E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a assembleia às vinte e uma horas e trinta minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa


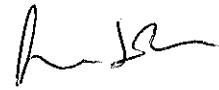
(Carlos Manuel de Jesus Santos)
O Primeiro Secretário



(João António Martins dos Santos)
A Segunda Secretária



(Ana Filipa Rodrigues Sêco)



35



ATA N.º 12

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.
- 2 – Apreciação e aprovação das alterações ao Acordo Interadministrativo de Delegação de Competência e ao Acordo de Execução.
- 3 - Discussão e votação da 2ª Revisão Orçamental.
- 4 - Discussão e votação das Opções do Plano, da proposta de Orçamento e PPI para o ano económico de 2016, sob proposta do executivo.
- 5 – Ratificação da proposta do executivo de manutenção dos valores das taxas ara o ano de 2016.
- 6 - Autorização de contratação de empréstimo de curto prazo até ao valor de 15.000,00€ (quinze mil euros).

O Presidente da Assembleia, **Carlos Santos**, começou por saudar os presentes, desejando as boas festas aos presentes, dando de imediato início aos trabalhos. Feita a chamada, verificou-se a ausência não justificada de Fernanda Almeida (PS), Carlos Antunes (PS) e Fernanda Francisco (PS).

Registando-se a presença de Público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado. Não se registando qualquer inscrição, o Presidente passou ao período antes da Ordem de Trabalhos

Entrando no **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos**, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira. O Presidente da Junta, **António Marçal**, após desejar boas festas aos presentes, procedeu a uma breve explanação de diversas atividades promovidas nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015, referindo que a informação apresentada é bastante densa e reflete o trabalho desenvolvido.

Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação e aprovação das alterações ao Acordo Interadministrativo de Delegação de Competência e ao Acordo de Execução. Após explicações relativas às alterações em discussão, por parte de **António Marçal**, o presente ponto foi colocado a votação e aprovado por unanimidade.

Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, discussão e votação da 2ª Revisão Orçamental. No que respeita a este ponto e após uma breve descrição este ponto foi colocado a votação e aprovado por unanimidade.

Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos, discussão e votação das Opções do Plano, da proposta de Orçamento e PPI para o ano económico de 2016, sob proposta do executivo. O Presidente da Junta, **António Marçal**, usando da palavra, refere que a presente proposta de Orçamento mantém as linhas estratégicas do anterior sendo, contudo, incorporadas as propostas feitas pelos membros da Assembleia durante o presente ano e que não foram possíveis concretizar durante o ano de 2015. Referiu igualmente que 90% das receitas dependem do Fundo de Financiamento das Freguesias, pelo que a inexistência do Orçamento de Estado teve um profundo impacto na construção do presente instrumento.

Carlos Soares, na bancada do PSD, referiu que vê com preocupação a presente proposta de orçamento, dado que a despesa efetiva corrente corresponde, na totalidade, ao financiamento do Fundo de Financiamento de Freguesias. Ainda na mesma intervenção, questiona igualmente o número exato de funcionários da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho. Respondendo à interpelação, **António Marçal**, informa que a Junta tem, neste momento, cinco funcionários no quadro. Para além destes, nos períodos de maior necessidade do presente ano, chegou a ter dezasseis pessoas integradas em projetos CEI. Colocado à votação, este ponto foi aprovado por maioria, com três abstenções.

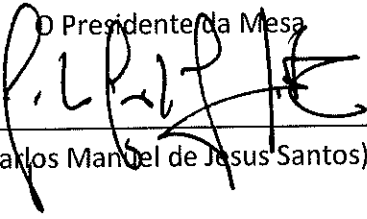
Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos, ratificação da proposta do executivo de manutenção dos valores das taxas para o ano de 2016. Colocada a proposta a votação, a mesma foi aprovada por maioria, com três abstenções.

Sexto Ponto da Ordem de Trabalhos, autorização de contratação de empréstimo de curto prazo até ao valor de 15.000,00€ (quinze mil euros). A assembleia de freguesia aprovou, por unanimidade, o pedido de autorização formulado pelo executivo para a contratação de empréstimo de curto prazo, até ao valor de € 15.000,00 (quinze mil euros), ao abrigo das disposições contantes nas alíneas h) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 73/2013 de 13 de maio e c) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

O Presidente da Assembleia propôs a atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocado à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a assembleia às vinte e uma horas e trinta minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa



(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário

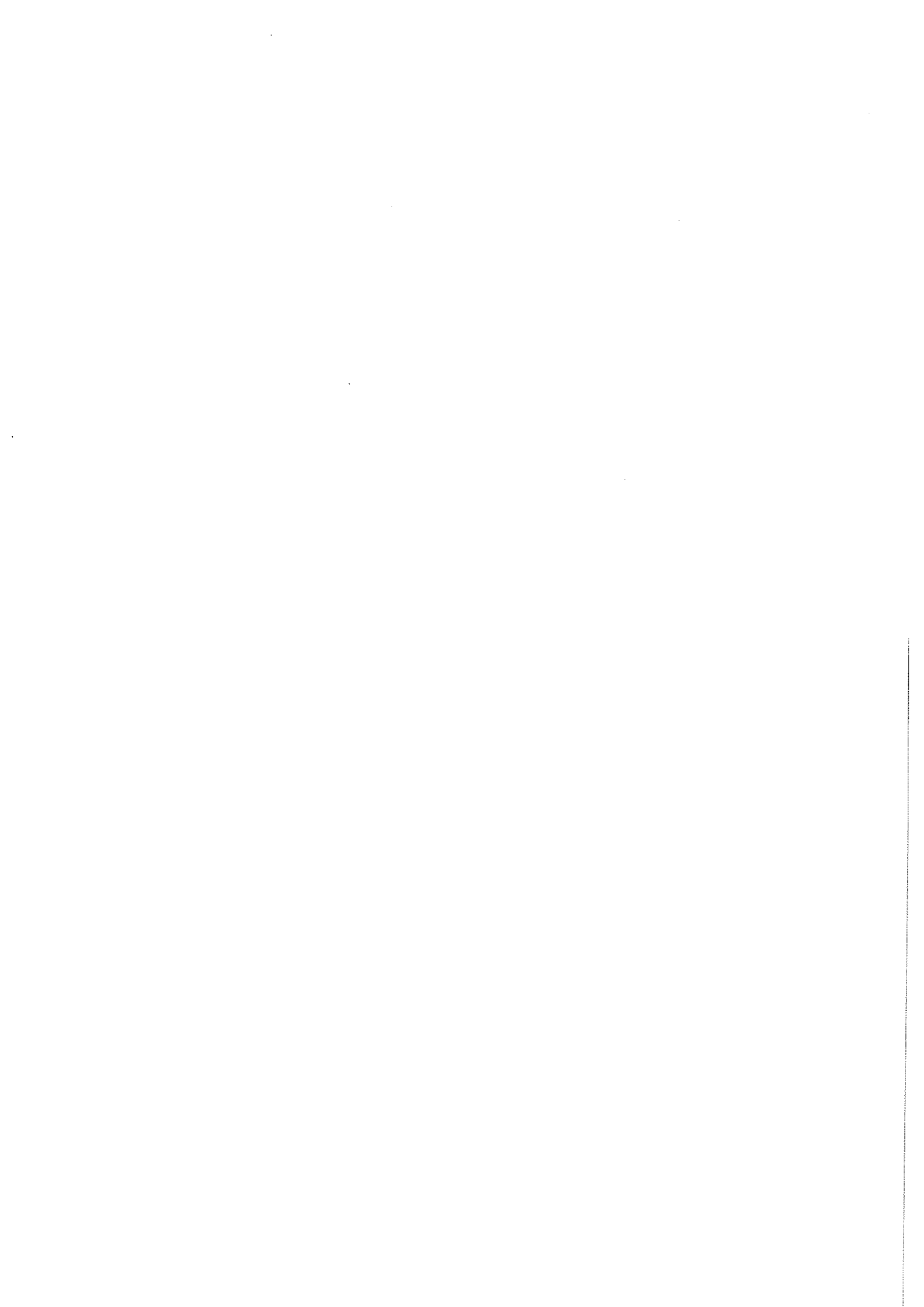


(João António Martins dos Santos)

A Segunda Secretária



(Ana Filipa Rodrigues Sêco)



ATA N.º 13

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.
- 2 – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior, sob proposta do Executivo.
- 3 – Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da autarquia.

Registando-se a ausência dos membros Hélder Lourenço (PSD) (substituído por Miguel Ângelo), Hélder Ferreira (PSD), Fernanda Francisco (PS), sem as mesmas terem sido justificadas, o Presidente da Assembleia, **Carlos Santos**, abriu a sessão começando por saudar os presentes dando de imediato início aos trabalhos.

Registando-se a presença de Público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado. Inscreveu-se Joaquim Seco.

Joaquim Seco, após as saudações e fazendo um breve resumo histórico, disse que o Movimento Cívico Refutar constitui-se para gerir o descontentamento na extinta Freguesia de Vilarinho, tendo como objetivo o pedido de justiça na restituição do estatuto de Freguesia, apresentando-se na Assembleia Municipal da Lousã a 30 de setembro de 2014. A mesma apresentação decorreu no mesmo espaço físico perante a Assembleia de Freguesia de Lousã e Vilarinho na reunião de abril de 2015.

Com largas dezenas de pessoas a aderirem à dinamização do Movimento, decorreu uma petição pública, percorrendo-se porta a porta na recolha de assinaturas na extinta Freguesia, bem como em grande parte do Concelho, tendo decorrido em simultâneo a Petição em sistema *online*. Informou que a 7 de julho de 2015, o Movimento oficializou por escrito a sua constituição e objetivo a todos os Secretários Gerais dos Partidos Políticos a nível Nacional. Enalteceu a Moção, que reclama a justiça para reaver o estatuto de Freguesia de Vilarinho e Lousã, apresentada pelo presidente António Marçal, felicitando a Assembleia pela sua aprovação por maioria. Esta Moção que foi posteriormente apresentada por António Marçal no Congresso da ANAFRE, em novembro de 2015, referiu que foi aprovada por larga maioria dos Delegados, reforçando a Refutação do Movimento Cívico. Este pedido de justiça assenta naquelas Freguesias onde a União ocupa mais de 50% do território, bem como da população do Concelho nos quais se inserem. Já a 17 de março de 2016 e com a petição dada por concluída, o Movimento Cívico Refutar, representado por Joaquim Seco, Artur Pedroso e Abel Carvalho, acompanhados pelo presidente António Marçal, deslocaram-se à

Asssembleia da República para entregar a petição, constando no processo a Moção da Junta de Freguesia, para além de ofícios que foram fazendo parte do processo. O Processo foi entregue em suporte informático a todos os Grupos Parlamentares, bem como à ANAFRE, para além do Poder Local que dias antes chegou à Câmara Municipal da Lousã e Freguesia de Lousã e Vilarinho. Na mesma data foi entregue em suporte papel ao Presidente da Assembleia da República, registando-se no total 2.250 assinaturas na petição.

A 23 de março de 2016 da Assembleia da República da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, foi recebida a comunicação de Admissibilidade da Petição, com a atribuição do Nº 71/XIII/1ª, " Pedido de reabertura da reanálise pela restituição do estatuto de Freguesia". A 07 de abril de 2016 o Movimento Cívico Refutar, representado por Joaquim Seco e Artur Pedroso e a Junta de Freguesia por Helena Correia voltaram para audição à Assembleia da República, convocados pelo Deputado Maurício Marques (PSD) relator da Petição 71/XIII/1ª.

Joaquim Seco mostrou-se muito confinante no sucesso do processo, sensibilizando os elementos da Assembleia de Freguesia, referindo que brevemente tudo aponta que irão votar um parecer sobre o assunto em questão, apelando ao voto favorável pela restituição do estatuto de Freguesia.

António Marçal, presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, usando a palavra, começou por saudar os presentes. Em resposta à intervenção de Joaquim Seco, informou que o Executivo da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho tudo fará para que a desagregação de Vilarinho e Lousã seja uma realidade.

Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira. O Presidente da Junta, **António Marçal**, procedeu a uma breve explanação de diversas atividades promovidas nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2016, destacando as limpezas efetuadas na freguesia, bem como o funcionamento do cemitério e a manutenção de estradas, caminhos e linhas de água durante este período.

Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior, sob proposta do executivo. Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, ninguém se inscreveu.

António Marçal procedeu a uma breve explicação, apresentando os dados referentes aos mapas de recebimentos e pagamentos, que se encontram em anexo à presente ata.

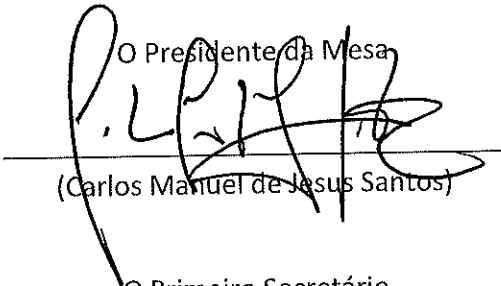
Colocada à votação, a Conta de Gerência referente ao ano de 2015, foi aprovada por maioria, com três abstenções.

Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da autarquia. Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, ninguém se inscreveu.

Carlos Santos propôs a atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a Ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocado à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

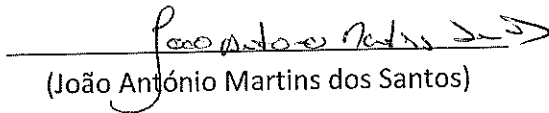
E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia às vinte e duas horas e vinte e cinco minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa



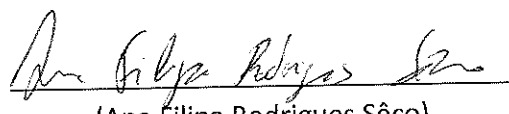
(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário

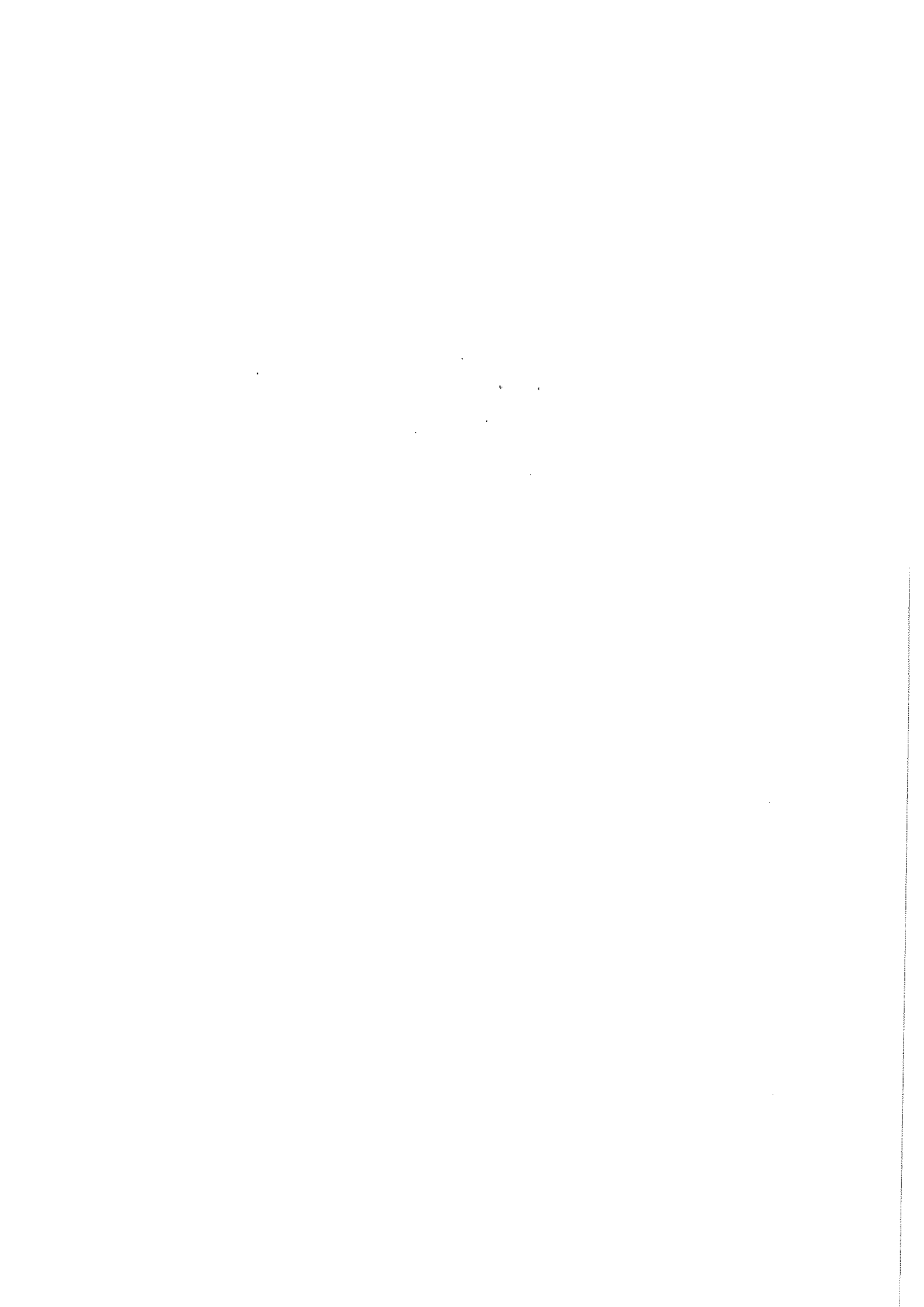


(João António Martins dos Santos)

A Segunda Secretária



(Ana Filipa Rodrigues Sêco)



Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.

2 – Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental e PPI.

O Presidente da Assembleia, **Carlos Santos**, começou por saudar os presentes dando de imediato início aos trabalhos. Feita a chamada, verificou-se a ausência de Fernanda da Piedade Rodrigues Almeida (PS), Mário da Piedade Rodrigues Fontes (PS), Fernanda Maria Henriques Francisco (PS) e Hélder António Moreira Gonçalves de Soares e Lourenço (PSD), sendo este último substituído por Miguel Ângelo Pires Júlio Rodrigues.

Registando-se a presença de Público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado. Não havendo inscrições, pediu a palavra:

Da bancada do PSD, Miguel Ângelo.

Miguel Ângelo, PSD, chama a atenção para o caso de toponímia dos Pegos, referindo que apesar de existir uma comissão para o efeito, ainda existem ruas sem nome. Solicita indicações sobre a forma de resolver a situação.

António Marçal, presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, usando a palavra, começou por saudar os presentes. Em resposta à intervenção anterior, informa eu apenas a Comissão de Toponímia poderá resolver a situação.

Entrando no **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos**, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira. O Presidente da Junta, **António Marçal**, procedeu a uma breve explanação de diversas atividades promovidas nos meses de abril, maio e junho de 2016, destacando as limpezas efetuadas na freguesia, bem como o funcionamento do cemitério e a manutenção de estradas, caminhos e linhas de água durante este período. Referiu igualmente que, no que concerne à utilização de produtos fitofarmacêuticos, os mesmos são seguros, não usando os que são identificados como cancerígenos. Apresentou igualmente a situação financeira relativa ao primeiro quadrimestre de 2016, que se encontra anexa à presente ata.

Usando da palavra, **Miguel Ângelo** (PSD) apresenta um louvor aos membros do Executivo pela limpeza das ruas da freguesia.

Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental e PPI, sob proposta do executivo. No que respeita a este ponto e após uma breve descrição efetuada por **António Marçal**, foi colocada a votação e aprovado por maioria com uma abstenção.

Carlos Santos propôs a atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a Ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocado à votação a proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

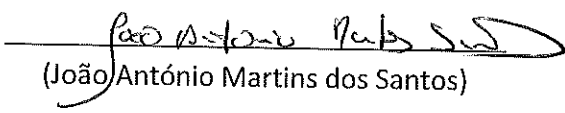
E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia às vinte e duas horas. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa



(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário



(João) António Martins dos Santos)

A Segunda Secretária



(Ana Filipa Rodrigues Sêco)

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.

2 – Apreciação e votação de alterações á toponímia.

O Presidente da Assembleia, **Carlos Santos**, começou por saudar os presentes dando de imediato início aos trabalhos. Feita a chamada, verificou-se a ausência de João António Martins dos Santos (PS), substituído por Rui Trota, Tiago António Catela Henriques (PS), substituído por Miguel Nogueira, Filipe Amado (PS), substituído por Patrícia Barreto, Fernanda da Piedade Rodrigues Almeida (PS), Fernanda Maria Henriques Francisco (PS) e Hélder Ferreira (PSD), sendo este último substituído por Miguel Ângelo Pires Júlio Rodrigues. Jorge Manuel de Matos Domingos substituiu o 1º secretário, Joao Santos.

Registando-se a presença de Público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado.

Pedi a palavra Débora Tomé.

Débora Tomé, moradora no Rol (Vilarinho), informa que possui um terreno que, de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM), é descrito como Reserva Agrícola Nacional (RAN) e solicita ajuda da Assembleia para alterar a classificação dado que pretende construir uma habitação no mesmo.

Carlos Santos, presidente da Mesa da Assembleia, após cumprimentar os presentes, informa que apenas a Comissão Nacional da Reserva Agrícola Nacional, através da Comissão regional de Coimbra poderá proceder a essa alteração. **António Marçal**, presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, coloca à disposição de Débora Tomé os serviços administrativos da Junta para elaboração do requerimento a entregar na Comissão Regional.

Da bancada do PSD, Miguel Ângelo.

Miguel Ângelo, PSD, questiona sobre a colocação das placas de toponímia nos lugares do Padrão e Pegos.

António Marçal, informa que lamentavelmente não possui meios humanos suficientes para atender a todas as solicitações em tempo útil.

Entrando no **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos**, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira, o Presidente da Junta, **António Marçal**, procedeu a uma breve explanação de diversas atividades

promovidas nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2016, destacando as limpezas efetuadas na freguesia, bem como o funcionamento do cemitério e a manutenção de estradas, caminhos e linhas de água durante este período. Apresentou a situação financeira relativa aos meses referidos, que se encontra anexa à presente ata. Deu igualmente conhecimento do primeiro encontro "Conferências da Serra" que decorreu no dia 17 de setembro, subordinado ao tema "Territórios de Deus" e convidou os presentes a participar nos restantes encontros.

O Presidente da Junta, **António Marçal**, procedeu a uma breve explanação de diversas atividades promovidas nos meses de abril, maio e junho de 2016, destacando as limpezas efetuadas na freguesia, bem como o funcionamento do cemitério e a manutenção de estradas, caminhos e linhas de água durante este período. Referiu igualmente que, no que concerne à utilização de produtos fitofarmacêuticos, os mesmos são seguros, não usando os que são identificados como cancerígenos. Apresentou igualmente a situação financeira relativa ao primeiro quadrimestre de 2016, que se encontra anexa à presente ata.

Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação e votação de alterações à toponímia. Perante a proposta apresentada, referente à alteração de toponímia nos lugares de Ramalhais e Ceira dos Vales, a Assembleia de Freguesia aprovou por maioria por três abstenções enviar as referidas propostas à Comissão Municipal de Toponímia.

Carlos Santos propôs a atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a Ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocado à votação a proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia às vinte e uma horas e cinquenta minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

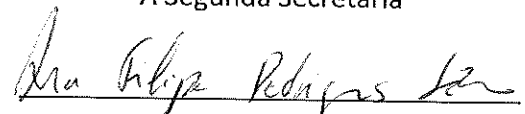
O Presidente da Mesa


(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário


(Jorge Manuel de Matos Domingos)

A Segunda Secretária


(Ana Filipa Rodrigues Sêco)

ATA N.º 16

Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, na Delegação de Vilarinho da Junta de freguesia, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.
- 2 - Apreciação e aprovação das alterações aos documentos de delegação de competências assinados com a CML.
- 3 - Discussão e votação das Opções do Plano, da proposta de Orçamento e PPI para o ano económico de 2017, sob proposta do executivo.
- 4 - Ratificação da proposta do executivo de manutenção dos valores das taxas para o ano de 2017.
- 5 - Autorização de contratação de empréstimo de curto prazo até ao valor de 15.000,00€ (quinze mil euros).

O Presidente da Assembleia, **Carlos Santos**, começou por saudar os presentes, desejando as boas festas, dando de imediato início aos trabalhos. Feita a chamada, verificou-se a ausência de João António Martins dos Santos (PS) substituído por Patrícia Raquel Gomes Barreto Correia, Ana Filipa Rodrigues Sêco (PS) substituída por Rute Carvalho, Tiago António Catela Henriques (PS), Fernanda da Piedade Rodrigues Almeida (PS), Carlos Antunes (PS) e Fernanda Maria Henriques Francisco (PS) e Carlos Jorge Gonçalves Soares (PSD). A mesa foi constituída pelo Presidente da Assembleia Carlos Santos e pelos membros Jorge Domingos e Patricia Correia.

Registando-se a presença de Público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado. Não se registando qualquer inscrição, o Presidente passou ao período antes da Ordem de Trabalhos.

Pedindo a palavra, Mário Fontes lamenta que não se tenha ainda realizado reunião desta Assembleia na aldeia de Vale de Maceira, conforme já prometido, adiantando alguns possíveis espaços, entre os quais o antigo consultório médico. O Presidente referiu que esse espaço não tem condições e que havendo possibilidade se realizará Assembleia naquela localidade, referindo que assim que a Associação Recreativa de Vale de Maceira tenha as obras concluídas, será aí feita uma reunião.

Entrando no **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos**, Presidente da Junta, após desejar boas festas aos presentes, procedeu a uma breve explanação de diversas atividades promovidas nos últimos meses, referindo que a informação apresentada é bastante densa e reflete o trabalho desenvolvido. Acrescenta que foi manifestado que

em janeiro de dois mil e dezassete haverá resultados do grupo de trabalho sobre a reapreciação da reorganização das freguesias tendo por objetivo final a possibilidade de haver eleições separadas para ambas as ex freguesias. Afirmou ainda que a questão que se coloca será “quando” e não “se” a reorganização vai acontecer. Destaca a realização do primeiro ciclo de conferências da serra e do impacto extremamente positivo que tiveram na comunidade.

No **Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos**, após as explicações relativas às alterações em discussão que têm a ver com a antecipação das datas dos pagamentos previstos, por parte de **António Marçal**, este manifestou o seu desagrado quanto ao modelo atual da delegação de competências. No entanto, não havendo hipótese de aumentar os montantes, esta alteração aos prazos permite uma gestão diferente e maior investimento. Intervindo, Hélder Ferreira pede mais informações sobre os prazos e as mais-valias para a Junta. O Presidente afirma que as vantagens são inequívocas. O presente ponto foi colocado à votação e aprovado com duas abstenções do PSD.

No **Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos**, O Presidente da Junta, **António Marçal**, usando da palavra, refere que a presente proposta de Orçamento mantém as linhas estratégicas do anterior e segue a linha dos últimos três anos. Refere que as obras consideradas importantes ultrapassam o âmbito de atuação da Junta de Freguesia e deverão ser feitas com o apoio da Câmara Municipal, nomeadamente no que se refere à requalificação da rede viária. Hélder Lourenço refere ser muito vasto e pouco perceptível o que está escrito sobre a atividade da Junta, devendo o Plano ser mais especificado, referindo as obras e os locais a intervir. Respondendo, o Presidente aceita a sugestão. O presente ponto foi colocado à votação e aprovado com duas abstenções do PSD.

Em relação ao **Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos**, o Presidente afirma que, dado a situação em que vivem os nossos concidadãos, não estão reunidas as condições para aumentar o custo das taxas, defendendo a manutenção dos valores atuais. O presente ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade.

O Presidente pede que o **Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos** seja retirado, justificando que, com as alterações da proposta feita pela Câmara Municipal, este não se justifica, sem prejuízo de, havendo necessidade, vir à discussão na próxima Assembleia. O presente ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade.

O Presidente da Assembleia propôs a atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocado à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia às vinte e duas horas e trinta minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa



(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário



(Jorge Manuel de Matos Domingos)

A Segunda Secretária



(Patricia Raquel Gomes Barreto Correia)



ATA N.º 17

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, no Edifício da Junta de Freguesia em Vilarinho, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.
- 2 – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior, sob proposta do executivo.
- 3 – Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da autarquia.
- 4 – Apreciação aprovação de adenda ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre a CML e a JFLV.

O Presidente da Assembleia, Carlos Santos, começou por saudar os presentes dando de imediato início aos trabalhos.

Feita a chamada, verificou-se a ausência de Helena Correia (PS) e Hélder Lourenço (PSD) Registando-se a presença de Público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado. Não se registando qualquer inscrição, o Presidente passou ao período antes da Ordem de Trabalhos.

Seguidamente, pediu a palavra:

Da bancada do PS, Fernanda Francisco e Filipe Amado.

Da bancada do PSD, Miguel Ângelo.

Fernanda Francisco saudou os presentes e deu conhecimento da falta de limpeza atual junto ao Museu Mirita Sales e sugeriu, dado que a Lousã é um destino turístico, a criação de um parque de autocaravanas.

Filipe Amado deu conhecimento que os madeireiros têm o hábito de passar pelo centro do lugar de Vilarinho, prejudicando gravemente o pavimento e sugeriu que fosse colocada sinalética que impedisse a passagem de veículos pesados acima de determinada tonelagem.

Miguel Ângelo deu conhecimento da colocação de placas de identificação de ruas no lugar dos Pegos.

António Marçal, presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, usando a palavra, começou por saudar os presentes. Em resposta a Fernanda Francisco informou que a limpeza será agendada o mais rapidamente possível e que irá passar a sugestão

da criação do referido parque ao Sr. Presidente da Câmara e aos responsáveis pelo Turismo salientando, no entanto, o elevado custo que a obra terá.

Em resposta a Filipe Amado, refere que o executivo da junta irá formalizar o pedido junto da Câmara Municipal, uma vez que é a entidade que tutela a pasta.

Entrando no **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos**, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira. O Presidente da Junta, **António Marçal**, procedeu a uma breve explanação de diversas atividades promovidas nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2017, destacando as limpezas efetuadas na freguesia, bem como o funcionamento do cemitério e a manutenção de estradas, caminhos e linhas de água durante este período.

Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior, sob proposta do executivo.

António Marçal procedeu a uma breve explicação, apresentando os dados referentes aos mapas de recebimentos e pagamentos, que apresentam os seguintes valores:

RECEBIMENTOS:

Saldo da Gerência anterior – 1.302,03€ (mil, trezentos e dois euros e sessenta cêntimos), sendo da Execução Orçamental o valor de -4.769,70€ (quatro mil, setecentos e sessenta e nove euros e setenta cêntimos negativos) e das Operações de Tesouraria 6.071,73€ (seis mil e setenta e um euros e setenta e três cêntimos).

Receitas Orçamentais – 417.218,10€ (quatrocentos e dezassete mil, duzentos e dezoito euros e dez cêntimos).

Operações de Tesouraria – 20.900,17€ (vinte mil e novecentos euros e dezassete cêntimos).

O total de Recebimentos foi de 439.420,30€ (quatrocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte euros e trinta cêntimos).

PAGAMENTOS:

Despesas Orçamentais – 410.241,93€ (quatrocentos e dez mil, duzentos e quarenta e um euros e noventa e três cêntimos), sendo das despesas Orçamentais Correntes o valor de 218.567,20€ (duzentos e dezoito mil, quinhentos e sessenta e sete euros e vinte cêntimos) e das despesas Orçamentais de Capital 191.674,73€ (cento e noventa e um mil, seiscentos e setenta e quatro euros e setenta e três cêntimos).

Operações de Tesouraria – 23.378,96€ (vinte e três mil, trezentos e setenta e oito euros e noventa e seis cêntimos).

Saldo para a Gerência seguinte – 5.799,41€ (cinco mil, setecentos e noventa e nove euros e quarenta e um cêntimos), sendo da Execução Orçamental o valor – 2.206,47€ (dois mil, duzentos e seis euros e setenta cêntimos) e das Operações de Tesouraria 3.592,94€ (três mil, quinhentos e noventa e dois euros e noventa e quatro cêntimos).

Para finalizar a sua exposição, o Presidente António Marçal referiu que o total dos pagamentos foi de 439.420,30€ (quatrocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte euros e trinta cêntimos).

Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, inscreveu-se:

Da bancada do PSD, Carlos Soares.

Carlos Soares começa por dar os parabéns pelo grau de execução de orçamento e pede esclarecimento sobre os itens estudos e pareceres efetuados e outros serviços.

António Marçal pede desculpa por não poder dar uma resposta cabal sobre o pedido de esclarecimento apresentado, prontificando-se a enviar aos presentes todas as informações o mais rapidamente possível. No entanto, esclarece que as verbas terão sido utilizadas na legalização da autarquia para uso de herbicidas.

Colocada à votação, a Conta de Gerência referente ao ano de 2016, foi aprovada por maioria, com três abstenções.

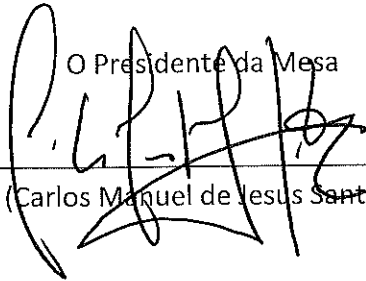
Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da autarquia. Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, ninguém se inscreveu.

Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação aprovação de adenda ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre a CML e a JFLV. Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, ninguém se inscreveu.

Colocada à votação a adenda foi aprovada por unanimidade.

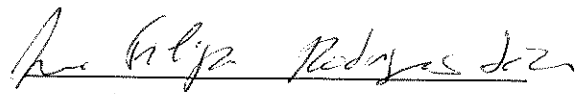
O Presidente da Assembleia propôs a atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocado à votação a proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a assembleia às vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.


O Presidente da Mesa
(Carlos Manuel de Jesus Santos)
O Primeiro Secretário


(João António Martins dos Santos)

A Segunda Secretária

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ana Filipa Rodrigues Sêco', written over a horizontal line.

(Ana Filipa Rodrigues Sêco)

ATA N.º 18

52

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.

2 – Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental e PPI.

O Presidente da Assembleia, **Carlos Santos**, começou por saudar os presentes dando de imediato início aos trabalhos. Feita a chamada, verificou-se a ausência de Fernanda Francisco (PS), Fernanda Almeida (PS) e Hélder Lourenço (PSD).

Registando-se a presença de Público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado. Não se registando qualquer inscrição, o Presidente passou ao período antes da Ordem de Trabalhos.

António Marçal, presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, apresentou um voto de pesar pelo falecimento de Abel Pedro de Carvalho, último presidente da Mesa da Assembleia da Freguesia de Vilarinho, tendo mesmo sido aprovado por unanimidade. Seguiu-se um minuto de silêncio pelo referido falecimento.

Seguidamente, pediram a palavra:

Da bancada do PSD, Hélder Ferreira, Miguel Ângelo Pires Rodrigues

Hélder Ferreira, que não esteve na última reunião, refere que ainda não se encontram as atas da Assembleia e do Executivo disponíveis no site da Junta de Freguesia.

Miguel Ângelo refere que foram anunciadas limpezas que não foram efetuadas, nomeadamente nos Pegos e no Padrão.

António Marçal irá confirmar o porquê da ausência de publicação das referidas atas. Informa igualmente que as limpezas foram efetivamente efetuadas no lugar do Padrão.

Entrando no **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos**, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira. O Presidente da Junta, **António Marçal**, procedeu a uma breve explanação de diversas atividades promovidas nos meses de abril, maio e junho de 2017, destacando as limpezas efetuadas na freguesia, bem como o funcionamento do cemitério e a manutenção de estradas, caminhos e linhas de água durante este período. Apresentou igualmente a situação financeira relativa ao primeiro quadrimestre de 2017, que se encontra anexa à presente ata.

Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental e PPI, sob proposta do executivo. No que respeita a este ponto e após uma breve descrição efetuada por **António Marçal**, pediu a palavra Helder Ferreira (PSD). Helder Ferreira inquiriu o Executivo sobre a obtenção do novo trator, nomeadamente se ele foi adquirido através de Fundos Comunitários. António Marçal informou que esta compra não se enquadrava no financiamento dos referidos fundos. Tendo sido colocado a votação, o presente ponto foi aprovado por maioria com uma abstenção.

Carlos Santos propôs a atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a Ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocado à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.


E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia às vinte e uma horas e quarenta e um minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa



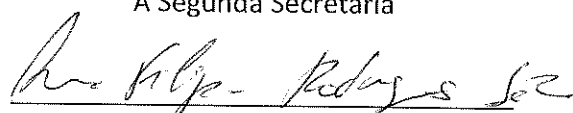
(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário



(João António Martins dos Santos)

A Segunda Secretária



(Ana Filipa Rodrigues Sêco)

ATA N.º 19

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte horas, no edifício da Junta de Freguesia em Vilarinho, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.

O Presidente da Assembleia, **Carlos Santos**, começou por saudar os presentes dando de imediato início aos trabalhos. Feita a chamada, verificou-se a ausência de Lílina Simões (PS), Jorge Domingos (PS), António Henriques (PS), Fernanda Almeida (PS), Mário Fontes (PS), Fernanda Francisco (PS) e Hélder Lourenço (PSD).

Carlos Santos agradeceu a todos os que com ele colaboraram no último mandato, tendo tido uma enorme satisfação em ter presidido ao longo dos últimos quatro anos às Assembleias de Freguesia.

Registando-se a presença de Público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado.

Inscreveu-se:

Helena Amado questionou se existe algum registo público com a indicação dos caminhos vicinais.

António Marçal, Presidente do Executivo, começou por saudar os presentes e indicou que não existe qualquer registo de caminhos vicinais.

Congratulou igualmente todos os presentes pelo trabalho desenvolvido durante o presente mandato.

Entrando no **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos**, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira. O Presidente da Junta, **António Marçal**, procedeu a uma breve explanação de diversas atividades promovidas nos meses de junho, julho e agosto de 2017, destacando as limpezas efetuadas na freguesia, bem como o funcionamento do cemitério e a manutenção de estradas, caminhos e linhas de água durante este período. Apresentou igualmente a situação financeira relativa aos meses referidos, que se encontra anexa à presente ata.

Inscreveu-se:

Da bancada do PSD, Hélder Ferreira.

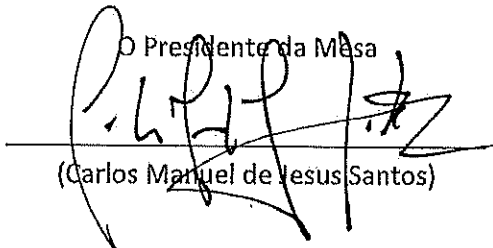
Hélder Ferreira questiona se existe alguma previsão com os gastos com fornecedores até ao final do mandato.

António Marçal referiu que não estão previstas aquisições de bens e serviços atento o regime de limitação de gestão nos termos da lei.

Carlos Santos propôs a atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a Ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocado à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

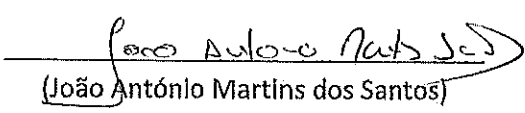
E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia às vinte horas e trinta minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa



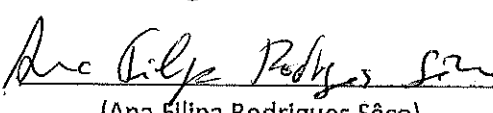
(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário



(João António Martins dos Santos)

A Segunda Secretária



(Ana Filipa Rodrigues Sêco)